

Pelos tribunais da vida: reflexões sobre o exercício da cidadania e acesso à justiça em áreas conflagradas, a partir do projeto “Defensoria Pública em ação nas favelas”

Through the courts of life: reflections on the exercise of citizenship and access to justice in conflagrated areas, based on the project ‘Public Defense in action in the slums’

Tiago Abud da Fonseca*
Mariana Brito Pauzeiro**

Resumo: O paper procura relacionar os limites impostos ao exercício da cidadania aos moradores de áreas conflagradas e a ação de grupos criminosos, apresentando alternativa criada para oferta de serviço público de orientação jurídica e acesso à justiça, tendo como objeto de estudo a iniciativa embrionária da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro denominada “Defensoria em Ação nas Favelas”. O objetivo é demonstrar a necessidade de as instituições públicas ocuparem seu espaço e prestarem serviço público de qualidade nas áreas sob o domínio de quadrilhas armadas, disputando com as milícias e facções do tráfico de drogas a população hipervulnerável, residente nas periferias das cidades, a partir da experiência no território fluminense. A hipótese é que através da busca ativa é possível resgatar uma parcela significativa da população do Estado do Rio de Janeiro, constantemente alijada do exercício de sua cidadania, garantindo-lhe o acesso à justiça. O problema ganha relevo porque se estima que um terço dos moradores da capital fluminense more em áreas de risco controladas pelas milícias, ao passo que outros 24% são expostos ao domínio das facções do tráfico de drogas. Cientes das diversas formas de vilipêndio aos direitos basilares desta expressiva parcela da população, busca-se averiguar se, ao menos em relação ao acesso à justiça, a ação tem obtido êxito. Para tanto, será utilizada a revisão bibliográfica e apresentação de estudo de caso.

Palavras-chave: Área de risco. Acesso à Justiça. Cidadania. Direitos Humanos.

Abstract: The paper seeks to relate the limits imposed on the exercise of citizenship by residents of conflicted areas and the action of criminal groups, presenting an alternative created to offer a public service of legal guidance and access to justice, having as its object of study the embryonic initiative of the Public Defender's Office of the State of Rio de Janeiro called “Defensoria em Ação nas Favelas”. The aim is to demonstrate the need for public institutions to occupy their space and provide quality public service in areas under the control of armed gangs, disputing with militias and drug trafficking factions this hypervulnerable population, residing on the outskirts of cities, from of the experience in the territory of Rio de Janeiro. The hypothesis is that through active search it is possible to rescue a significant portion of the population of the State of Rio de Janeiro, constantly excluded from exercising their citizenship, guaranteeing their access to Justice. The problem is highlighted because it is estimated that one third of the residents of Rio de Janeiro live in risk areas controlled by the militias, while another 24% are exposed to the domain of drug trafficking factions. Aware of the various forms of vilification of the basic rights of this significant portion of the population, we seek to find out if, at least in relation to access to Justice, the action has been successful. To do so, a bibliographical review and case study presentation will be used.

Keywords: Risk area. Access to Justice. Citizenship. Human Rights.

Recebido em: 02/05/2023
Aprovado em: 30/11/2023

Como citar este artigo:
FONSECA, Tiago Abud da;
PAUZEIRO, Mariana Brito.

Pelos tribunais da vida:
reflexões sobre o
exercício da cidadania e
acesso à justiça em áreas
conflagradas, a partir do
projeto “Defensoria
Pública em ação nas
favelas”. *Revista da
Defensoria Pública do
Distrito Federal*, Brasília,
vol. 5, n. 3, 2023, p. 11-32.

* Doutor em Sociologia
Política(UENF/RJ). Mestre
em Direito (UNIFLU/RJ).
Defensor Público (DPE-
RJ).

** Mestre em Direito pela
Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro
(PPGD/UNIRIO).
Defensora Pública (DPE-
RJ).

Introdução

A capital do Estado do Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense abrigam extensa faixa territorial, onde o Estado, ainda que tacitamente, abriu mão do seu papel de gestor público. Majoritariamente ausente ou presente apenas através das forças de segurança pública, que atuam nas bordas do legal e do ilegal, o poder público deixou grande vácuo nas periferias, vazio esse no qual organizações criminosas disputam entre si o domínio e controle territorial.

Nesses espaços onde a população é marginalizada, duas perguntas se fazem necessárias de serem respondidas: existem cidadãos de segunda classe? Morar na favela retira a cidadania do morador? O presente *paper* busca apresentar como os residentes de áreas de risco, dominadas por grupos criminosos armados, são violados em sua cidadania, no acesso aos direitos básicos e têm o acesso à Justiça mitigado.

Para responder a essas perguntas, será necessário apresentar o conceito de cidadania e investigar como agem os grupos de criminosos armados que dominaram parte do território periférico, notadamente as facções do tráfico de drogas e as milícias. Digladiando-se entre si ou por vezes firmando acordos para manter a higidez dos seus negócios, milicianos e traficantes se valem do medo e da coação para que suas normas sejam obedecidas pelos moradores.

Por não se poder admitir que um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito possa ser letra morta e a cidadania ser escalonada em níveis, a hipótese a ser apresentada é como as instituições do Sistema de Justiça podem estar presentes onde o povo está, resgatando os direitos da população periférica e garantindo o seu exercício, com ênfase em exemplo de uma atuação da Defensoria Pública.

Será necessário traçar um breve panorama sobre esses grupos criminosos, comparando-os, sem com isso pretender ranqueá-los porque, afinal, ambos representam a violação da lei e a negação do Estado Democrático de Direito.

Em seguida, será apresentada a iniciativa embrionária da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro denominada “Defensoria em Ação nas Favelas”, lançada em 2021, que busca ofertar serviço público de orientação jurídica e acesso à justiça aos moradores das áreas de risco.

Mais do que isso, como se pretende demonstrar, o projeto visa aproximar o Sistema de Justiça dos cidadãos, não importando onde eles estão, apresentando uma forma do poder público retomar espaços que abandonou, relegados que foram pela omissão condescendente com a expansão dos grupos criminosos armados. Com efeito, acredita-se ser necessário realizar uma

disputa da população desses territórios conflagrados, com milicianos e traficantes de drogas, para que ela volte a acreditar que a resolução de seus conflitos pode ser obtida através de normas jurídicas sobre as quais se ergue o arcabouço legal, não apenas com efeito retórico, mas com práticas que dão concretude a essa crença.

Apresentando os resultados obtidos entre março de 2021 e dezembro de 2021, frutos de trinta e seis ações sociais, que levaram ao atendimento de 875 pessoas, o *paper* lança olhar não só pelos dados explícitos, mas também pelo que foi silenciado em decorrência dos entrevistados vivenciarem um estado de exceção.

Conclui-se que o projeto, sem prejuízo de outras iniciativas semelhantes que buscam efetivar o acesso à justiça, é prática que deve ser cada vez mais perseguida pelas instituições do sistema de justiça, em especial a própria Defensoria Pública, como uma das estratégias para recuperar as áreas conflagradas ocupadas por grupos criminosos armados. Acredita-se que isso pode ser feito, notadamente, a partir de uma atuação localizada nos territórios e com busca ativa dos moradores. É exatamente para eles que o exercício da cidadania se faz mais tormentoso dada a impossibilidade prática de acesso à ordem jurídica, o que sobreleva a importância de uma atuação institucional firme e precisa de forma a atender este perfil dos usuários dos seus serviços. Por outro viés, o projeto constitucional caracterizou a Defensoria Pública como instituição permanente, o que garante a perenidade de tal atuação, exatamente pela institucionalidade que a qualifica e protege, dotada que é de uma série de prerrogativas legais para atuar livre de ingerências e assédios praticados por ocupantes de cargos políticos, sobretudo em tempos que se propagam ideias alternativas ao modelo, público e único, estabelecido pelo pacto fundante de assistência jurídica integral e gratuita aos hipossuficientes.

1. O domínio dos territórios conflagrados pelas facções do tráfico de drogas e pelas milícias e os efeitos deletérios para o exercício da cidadania

Muito além da capacidade de votar e ser votado, a cidadania se expressa por outros meios que extrapolam a política. Em constante transformação, é vivenciada por intermédio de direitos e garantias fundamentais, “sendo ao mesmo tempo um *status* e um direito” (FERNANDES, 2019: 332). Sua análise necessariamente nos remete a ideia de cidade, local em que a cidadania deve ser plenamente desenvolvida.

Dentro da ótica jusnaturalista, a cidadania pode ser interpretada como o direito a ter direitos – preceito simples, mas de efetivação complexa. WARAT (2001) explica que em qualquer período histórico em que se estude a cidadania, ela é empregada para aquelas pessoas que tem voz, tem opinião e, portanto, podem decidir. Com isso, o autor explica que estão excluídos ao mesmo tempo “a maioria (os pobres) e grupos de minorias (étnicas-culturais-nacionais)”, sendo seu exercício restrito a poucos.

Entretanto, admitir que a cidadania é um *status* dá azo a aceitar que alguns poderiam detê-la e outros não, como ocorria na Grécia Antiga, criando-se classes entre aqueles que são cidadãos e tem sua voz ouvida e aqueles que são cidadãos, mas nem tanto assim.

Na atualidade, embora não se fale explicitamente em espécies de cidadãos – ou, como no popular, “cidadãos de segunda classe” – parece claro que em certos locais a cidadania e o direito a ter direitos se apresentam como uma promessa vaga e imprecisa, perdida no que deveria ser um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito.

É o que ocorre nas regiões periféricas da cidade do Rio de Janeiro e da região metropolitana, onde cada vez mais o poder público cede espaço para a ação de grupos criminosos armados, que dominam territórios e impõem a sociabilidade violenta (MACHADO DA SILVA, 2004).

Alcunhado para se referir a ação de traficantes em bairros pobres, o poder paralelo pode ser definido a partir de três ideias centrais: a primeira de que haveria uma “substituição” do Estado pelos criminosos nas áreas periféricas da cidade; a segunda é que o tráfico de drogas seria “irreprimível”, na medida em que foge ao controle do Estado e apenas com o incremento da repressão policial seria possível reestabelecer a ordem, e por fim, a terceira, decorre da noção de “equivalência”, já que as facções disputariam em pé de igualdade o espaço que compete ao Estado (MORAIS, 2006).¹

No Estado do Rio de Janeiro, em especial na Baixada Fluminense e na Zona Oeste da capital, o crime organizado ganhou uma nova faceta: as milícias. Para muitos, elas tal qual as facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas, assumem o vácuo deixado pelo Estado, ocupando expressiva parcela do território (SANTOS et al, 2019).

¹ A existência de um poder paralelo não é uníssona na academia, já que há quem sustente, com razão, diga-se, que o Estado faz parte do crime, que nasce dentro de suas entranhas e, especificamente no caso das milícias no Rio de Janeiro, é a sua incubadora, dado que o tipo-ideal miliciano pressupõe em sua composição a existência de agentes do Estado, de modo que o poder público, em certas localidades, se faz presente pelo crime organizado. (ALVES, 2021)

Definidas pelos Deputados da ALERJ (2008, 261) como “grupos armados para prática de diversas extorsões e exploração irregular de serviços públicos, controlados por integrantes das instituições de segurança pública e/ou das Forças Armadas, para fins econômicos escusos”, as milícias frequentemente tem assento direto no parlamento ou contam com a sustentação de quem ocupa cargos nos poderes do Estado.

Segundo levantamento realizado a partir da base de dados do Disque Denúncia, em estudo capitaneado pelo Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos e Observatório das Metrópoles (2021), especificamente na cidade do Rio de Janeiro, 33,9% da população vive sob o jugo das milícias, enquanto 24,8% da população reside em áreas dominadas por facções criminosas. É o que se infere do gráfico abaixo:

GRÁFICO 1: População sobre domínio de grupos armados

Bairros, extensão e população sob controle de grupos armados na cidade do Rio de Janeiro em 2019 (Números absolutos e porcentagem)			
	Número de Bairros sob controle	Extensão do controle territorial (km2)	População sob controle
Milícias	41 (27,7 %)	686,75 (58,6 %)	2.178.620 (33,9 %)
Comando Vermelho	39 (26,4 %)	136,20 (11,6 %)	1.198.691 (18,7 %)
Terceiro Comando	13 (8,8 %)	43,76 (3,7 %)	337.298 (5,3 %)
Amigos dos Amigos	3 (2,0 %)	3,82 (0,3 %)	48.218 (0,8 %)
Em Disputa	52 (35,1 %)	300,69 (25,7 %)	2659597 (41,4 %)

Fonte: Disque-Denúncia (Elaboração Fogo Cruzado, GENI-UFF, NEV-USP, Pista News)

Os números são alarmantes e conduzem a necessária reflexão sobre a qualidade de vida dessa população, que pouco recebe do Estado e para a qual a restrição de direitos é uma constante. Vivendo nos chamados quistos urbanos (ADORNO e DIAS, 2020: 196), dominados pela ação de quadrilhas armadas, vários cidadãos têm direitos, mas não possuem voz, calada pela ação dos grupos criminosos que assumem a função do Estado na administração dos conflitos, ditando as regras que se aplicam nas comunidades, em detrimento do ordenamento jurídico vigente, em verdadeiro estado de exceção.

Antes de tecer breve comparativo entre tráfico e milícias², deve-se antes alertar para a evolução da compreensão dessas últimas. Para tanto, deve-se ter em mente que, na sua origem, as milícias se apresentavam com um discurso amigável, como se prestando um “apoio” na área de segurança. Ao contrário das facções do tráfico de drogas, sempre vistas como o inimigo número um do Estado, as milícias chegaram a ser apontadas por políticos como potencial aliadas ao combate à criminalidade. Por atuarem nesses territórios abandonados pelo poder público, ditos violentos, onde o Estado não pretendia investir recursos ou quando o fazia era da forma mais precária possível, as milícias aparentavam ser uma vantagem para a comunidade, já que garantiam um mínimo de direitos individuais, agiam de forma menos perversa do que as facções do tráfico, expulsando as drogas de seus territórios e, ainda, promovendo segurança nas comunidades em que esta era ausente (ALERJ, 2008; CANO e DUARTE, 2008; PICCELLI, 2013; SANTOS, 2019).

Este panorama começou a mudar após a tortura de jornalistas do “O Dia”, que buscavam investigar a ação dos milicianos na comunidade do Batan em maio de 2008. Pouco depois desse evento de comoção nacional, em junho do mesmo ano, foi instaurada a CPI das Milícias que teve o grande mérito de identificar as formas de atuação desses grupos, ao menos no seu modelo embrionário. Percebeu-se que os métodos empregados pelas milícias eram tão ou mais violentos que aqueles utilizados pelas facções do tráfico de drogas e que, ao lado do serviço de segurança remunerado pela cobrança de taxas, havia a coação dos moradores, impondo o monopólio sobre bens e serviços, como luz, gás e internet.

Entretanto, a compreensão das milícias como uma organização criminosa e sua tipificação penal só ocorreu em 2012, quando o Código Penal foi alterado para incluir o art. 288-A³. Isso, porém, não foi suficiente para que o fenômeno fosse perfeitamente compreendido, nem mesmo pelos operadores de direito, sendo extremamente assimétrico o punitivismo estatal quando comparados milicianos e traficantes⁴, a denotar, inclusive, a seletividade das agências estatais encarregadas do controle penal.

² O comparativo é apenas para descortinar a forma inicial de atuação dessas quadrilhas armadas, que se afigurava diversa, não tendo o texto, contudo, qualquer pretensão de preferir ou preterir um dos grupos, na medida em que ambos são criminosos que impõem medo e violência nas comunidades periféricas e não há, ao menos de nossa parte, qualquer escalonamento ou abrandamento da atuação deles, na medida em que afrontam o Estado Democrático de Direito.

³ O art. 288-A foi introduzido pela Lei 12.720 de 2012 e tem a seguinte redação: Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos neste Código.

⁴ Em pesquisa elaborada pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro, foram analisados 68 processos judiciais que tramitaram no Tribunal de Justiça fluminense entre os anos de 2018 e 2019, em que os réus eram acusados de pertencerem às milícias, verificando-se que no mesmo período do estudo, a consulta trocando o termo “milícia” por “tráfico de drogas” retornou cinquenta vezes mais processos, o que indica que mesmo com o avanço das primeiras,

Além disso, são rotineiramente citadas as diferenças comportamentais entre as comunidades dominadas por facções de tráfico de drogas e as milícias. Segundo apontam ZALUAR e CONCEIÇÃO (2006: 98), a venda e o consumo de drogas, a frequência de trocas de tiros e os assaltos com as armas de fogo são sempre maiores nas favelas controladas pelo tráfico, ocorrendo menos crimes nas comunidades ligadas às milícias. Como o embate com a polícia é menor nestas, os dados sugerem que haveria *“um ambiente mais ‘pacífico’ nas áreas controladas por milícia, mas resta saber se esta paz não é imposta pelo domínio arbitrário que nada tem a ver com a segurança pública obtida em países de democracia consolidada”*.

Segundo constou do Relatório Final da CPI das Milícias, além de expulsarem rivais, espancaram viciados ou todos aqueles que se recusam a obedecer às suas ordens, os milicianos ainda impunham castigos como ameaças e tortura aos moradores que se recusavam a pagar suas taxas. Em casos extremos, praticavam execuções sumárias. Ao final, corpos eram expostos como forma de coibir novas infrações.

Tal dinâmica se alterou com o passar do tempo e levou a uma revisão dos estudos elaborados a partir do relatório da ALERJ (2008: 44). Segundo CANO e DUARTE (2012: 66), atualmente, esses *“grupos optam pelo desaparecimento dos desafetos ao invés de expor a morte no meio da rua, pretendendo com isso evitar investigações sobre homicídios em sua região, sendo mais discretos que o tráfico.”* Privilegiando o oculto, os moradores são proibidos de ligar para a polícia para pacificar conflitos locais, devendo esses casos serem resolvidos diretamente pelos milicianos.

Figura 1: Pichação feita pela Milícia em disputa com o tráfico de drogas na cidade de Itaboraí em maio de 2020

esse tipo de crime não domina a atenção das agências punitivas, o que resulta no cenário desvelado pelo consulta a base de dados do Poder Judiciário (DPERJ, 2021-A).



Foto: Divulgação da Polícia Civil do Rio de Janeiro

Situação semelhante é notada nas comunidades dominadas pelo tráfico de drogas, com a diferença da violência ser explícita. O emprego ostensivo de armas e seus disparos são constantes e usados como forma de reafirmar o seu poderio sobre a população. Além disso, impõem regras comuns a maioria das facções, como a proibição de assaltar no seu interior e entorno, a não admissão de estupros ou abusos sexuais contra crianças, nem agressões de maridos contra suas mulheres. As punições são promovidas por tribunais formados pelos próprios traficantes, com execuções sumárias, agressões, dentre outros (ARIAS, BARNES, 2016).

O direito à vida, como se vê, é um dos primeiros direitos que esses grupos armados limitam dos moradores que ousam desafiar as regras da sociabilidade violenta, criadas nesses territórios. Muitos outros direitos, porém, são constantemente violados, razão pela qual é possível dizer que, nas áreas conflagradas o exercício da cidadania é uma tarefa árdua, parecendo sim, existir categorias de cidadãos.

Seguindo na análise dessas limitações, percebe-se que nas áreas de milícia, até os mais mezinhas dos direitos são negados, não se admitindo o fornecimento de outros serviços que não aqueles autorizados pelos milicianos. De marcas de cigarro e refrigerantes, passando pelo monopólio de provedores de internet, a liberdade dos moradores se vê constantemente ameaçada. Segundo apurou o Ministério Público, integrantes da quadrilha comandada pelo extinto Wellington da Silva Braga, vulgo “Ecko,” impunham a venda de cigarros piratas na região em que o grupo operava, em especial em Campo Grande e Santa Cruz. Estima-se que na Zona Oeste, 89% dos estabelecimentos comercializam fumo contrabandeado/falsificado, demonstrando que sequer a escolha do cigarro que se quer consumir é observada nas áreas dominadas pelas milícias (MANSO,

2020). O que seria para o cidadão comum uma regra comezinha do direito do consumidor, vale dizer, a escolha dos bens e serviços que se quer usufruir, nas comunidades dominadas por quadrilhas armadas tal não ocorre, em especial nas localidades sob o controle de milicianos.

Figura 2: Alerta feito por Traficantes aos motoristas que desejarem ingressar na Rua Cristiano Figueiras, em São Gonçalo



Foto: Thiago Freitas/Agência O Globo

O direito à moradia é outro largamente fragilizado. A imposição de taxas de segurança, obrigam os moradores a pagarem semanalmente valores para protegê-los dos próprios algozes, onde se cria um círculo de ferro, com a prática de violência e venda de proteção. Afinal, aqueles que não desejam o serviço de segurança correm o risco de serem expulsos de forma absolutamente arbitrária de suas casas. O inadimplemento de dívidas também dá causa ao banimento dos moradores, pois agindo como agiotas, os imóveis são usados como garantia da solvabilidade do devedor (GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS; OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2021).

O direito de ir e vir não é livre nas comunidades controladas pelas milícias, pois são impostos horários para entrada e saída das favelas. Como explica CHISHOLM (2020, 8), a restrição ao direito de acesso é uma prática comum:

Quanto mais a mobilidade for restringida, mais fácil se torna o controle sobre sua população. Passa-se a controlar seus horários de saída e chegada, o que cada um costuma transportar, quantas pessoas transitam, e a partir daí constroem guaritas,

estabelecendo taxas como se fossem pedágios, cobrados mensalmente ou semanalmente. Outras ações comuns são o controle e desvio da água pública, e a intermediação de correspondências.

Nem mesmo o direito ao voto é exercido como esperado, sendo comum a formação de currais eleitorais. Basta lembrar dos notórios milicianos eleitos na Baixada Fluminense e o uso ostensivo de símbolos das milícias, como foi feito pela Liga da Justiça de Campo Grande, na zona oeste da capital fluminense. Os traficantes, inegavelmente, têm menos traquejo no meio político, limitando-se a apoiar candidatos sem lançar nomes próprios, a despeito de terem seus tentáculos dentro do Estado e de participarem da negociata de mercadorias políticas (MISSE, 2010).

Aqui reside o ponto central da discussão, que impulsiona a existência de projetos como o estudado, no sentido do deslocamento das instituições que compõem o sistema de justiça para a prestação de serviços nas áreas conflagradas, disputando os cidadãos com os grupos armados que dominam os locais onde os atendimentos são prestados.

O Estado neoliberal, que delega a prestação dos serviços essenciais a terceiros, tende a ser um Estado que permite a expansão do capitalismo aventureiro e amplia o controle punitivo de parte da população, de que é exemplo a milícia no Rio de Janeiro (PAUZEIRO, 2023, 81-88), onde grupos armados dominam determinados locais, não com o escopo de tomar o poder do Estado, mas como meio de exercer, na área sob seu mando, a violência infrapolítica (WIERVIORKA, 1997: 30-32), que conta com a participação de agentes do Estado para sua expansão e por meio da qual impõe a aquisição de bens e serviços aos moradores.

Nas suas reflexões sobre o campo estatal da administração de conflitos, Sinhoretto (2010) percebe quatro grandes lógicas hierárquicas: uma escala de mais alta intensidade, que lida com conflitos considerados mais complexos, que envolvem pessoas de alto prestígio social e alto capital simbólico e financeiro, onde direitos existem e são respeitados, não havendo qualquer dificuldade de acesso aos meios estatais de solução de conflito, muito ao contrário, onde há mesmo uma facilidade de acesso a tais meios; uma segunda escala de intensidade, diz respeito às pessoas comuns, à justiça comum, com capacidade de mobilização de recursos do direito limitada pelas barreiras de acesso à justiça e pela burocratização dos procedimentos; uma terceira escala, de baixa intensidade, guardada para problemas menores e de pessoas comuns, que são vistas como causas de abarrotamento dos escaninhos das instituições do sistema de justiça, onde há uma simplificação e informalização na resposta estatal, do que são exemplos os crimes de menor potencial ofensivo e os juizados especiais cíveis. Por último, o quarto nível, de mais baixa intensidade, onde os conflitos são irrelevantes para as instâncias formais de controle e passam a serem administrados

por rituais informais, onde os agentes mais subalternos do campo dão soluções sem respaldo na lei, sem oficialização e de maneira rápida, onde há o bloqueio de acesso a direitos e a recursos legais, às pessoas, sem prestígio social, que usualmente já tem dificuldade de acesso aos direitos e ao sistema legal. É nesse quarto nível que a realidade da vida não é o Estado de Direito, mas o Estado de Exceção, nessas zonas onde a criminalidade organizada violenta (tráfico de drogas ou milícias) detém o domínio territorial e, a partir dele, exercem inclusive o monopólio da solução de conflitos.

Tenciona-se, no ponto, chamar a atenção para o direito ao acesso à justiça, inserido no universo das políticas públicas essenciais, onde a promoção de direitos fundamentais perpassa pela possibilidade de o titular do direito ter condições reais de vir a juízo e reclamar a proteção do bem da vida violado. Nessas áreas conflagradas, da qual são exemplos os territórios dominados por grupos armados no Rio de Janeiro, o resgate da soberania do Estado e a imposição da lei nesses locais passam, necessariamente, pela presença e atuação das instituições do sistema de justiça nas comunidades, em especial a Defensoria Pública, sendo inimaginável disputar essas pessoas através de prestação de assistência jurídica por modelo diverso daquele estabelecido na Constituição Federal como essencial e permanente. Chega a ser ingênuo e trágico tergiversar sobre a possibilidade de pessoas, sem a proteção da institucionalidade, com suas prerrogativas e permanência, prestarem serviços de assistência jurídica fora do *salaried staff model* direto (ROGER e ESTEVES, 2017), tão em voga com a propaganda de uma advocacia dativa, que se coaduna com o intuito de delegação de serviços essenciais pelo modelo neoliberal, mas se afasta das premissas estabelecidas na Constituição Federal para prestação de assistência jurídica, integral e gratuita e para a implementação de direitos sociais.

Com efeito, de nada adianta a Constituição Federal estabelecer direitos e garantias individuais e sociais fundamentais se não houver meios de, na prática, garantir a universalização do mínimo existencial a toda a população. Ou, dito de outra forma, o direito a ter direitos que caracteriza a cidadania só se faz possível se for dada voz a quem precisa ser ouvido.

Daí decorre a necessidade de estudar o caso da iniciativa da Defensoria Pública, com potencial de viabilizar o acesso à justiça em áreas conflagradas - seja pela presença das facções do tráfico, seja das milícias - e dele se extrair algumas reflexões necessárias.

2. A atuação da Defensoria Pública como instrumento de efetivação de direitos fundamentais e o Projeto “Defensoria em Ação nas Favelas”

2.1 A atuação da Defensoria Pública como instrumento de efetivação dos direitos fundamentais da população vulnerável

A Defensoria Pública, por força do artigo 134 da Constituição Federal, é a instituição, como expressão e instrumento do regime democrático de direito, a quem incumbe à orientação jurídica, inclusive com a postulação de direitos individuais e coletivos, da massa de necessitados que vive nas bordas do Estado.

Pelo leque de atribuições defensoriais previstos em lei, é fácil constatar que a atuação da instituição, como instrumental de acesso à ordem jurídica justa, não se resume a litigância judicial, mas, longe disso, carece de um agir estratégico para franquear aos destinatários de seus serviços o acesso aos direitos básicos, que podem desembocar, em alguns casos, na postulação pela atuação do Poder Judiciário, que, por ser inerte, depende de provocação e, no caso dos hipossuficientes e vulneráveis, o pacto fundante garantiu a Defensoria Pública como esse instrumento de acesso para a hipótese de judicialização de conflitos, daí porque essencial à função jurisdicional.

No entanto, casos existem em que a atuação institucional deve prevenir litígios, sendo antecedente a qualquer provocação do Estado-Juiz para concretizar os direitos fundamentais do cidadão. Disso se extrai que essa instituição instrumental deve manter constante diálogo com a população, de modo a fiscalizar a implementação dos direitos voltados à inserção dos vulneráveis e hipossuficientes na vida social e democrática, como atores e beneficiários do Estado de Direito, figurando como verdadeiro *ombudsman*. Nesse sentido, aliás, o voto do Ministro Gilmar Mendes, proferido na ADI 4.636, onde textualmente reconhece que

A bem da verdade, examinando o projeto constitucional de resguardo dos direitos humanos, podemos dizer que a Defensoria Pública é verdadeiro ombudsman, que deve zelar pela concretização do Estado Democrático de Direito, promoção dos direitos humanos e defesa dos necessitados, visto tal conceito da forma mais ampla possível, tudo com o objetivo de dissipar, tanto quanto possível, as desigualdades do Brasil, hoje quase perenes.

Nesse caminho, portanto, encampando essa atuação, a Defensoria Pública deve buscar dar efetividade aos direitos dos vulneráveis e hipossuficientes, quer pela via judicial, seja pelo

caminho extrajudicial, sob pena de perpetuação do estado de exclusão de parte considerável da população brasileira, que vivem uma vida nua, como mortos-vivos (AGAMBEN, 2002).

Essa atuação do *ombudsman*, como destacado por SARMENTO (2015), operando-se a partir de uma imbricação entre o modelo europeu, direcionado à fiscalização da administração pública, e o modelo latino-americano, edificado para a proteção dos direitos fundamentais, qualifica a Defensoria Pública como agente de transformação social e pacificador, no sentido de sedimentar uma cultura da paz, o que guarda estreita relação, inclusive, com sua atuação nos territórios conflagrados, dominados por quadrilhas armadas.

2.2 O projeto “Defensoria em Ação nas Favelas” e a aproximação com a população hipervulnerável residente nas áreas conflagradas

Em 15 de janeiro de 2021, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro lançou o projeto “Defensoria em Ação nas Favelas”, desenvolvido pela sua administração, pelos seus núcleos de bairro e núcleos especializados, em concurso com a Ouvidoria Externa, a Central de Relacionamento com o Cidadão e projetos sociais comunitários, com o objetivo de levar aos residentes em favelas os serviços disponibilizados pela instituição, notadamente atendimento jurídico e educação em direitos, bem como apresentá-la ao potencial usuário do seu serviço, propiciando, ainda, que os seus profissionais tivessem acesso, com a presença nessas comunidades, das demandas da população dos locais visitados, visando dar atendimento jurídico aos moradores.

Em princípio, em razão da pandemia, o atendimento foi prestado de maneira virtual, mas, posteriormente, com o abrandamento das restrições impostas em razão da queda dos índices de contaminação, se passou a atender presencialmente.

Ainda nessa lógica dialogal com as comunidades, lideranças comunitárias foram treinadas, com a participação de organizações locais parceiras, para fazer a triagem dos moradores para os serviços da Defensoria Pública.

Portanto, o que se realizou, na prática, considerando o período de isolamento social decorrente da pandemia, que restringiu o convívio comunitário e o deslocamento das pessoas, acentuado a vulnerabilidade social, foi a inversão da lógica de atendimento, onde a instituição esperava a procura dos usuários de seus serviços, passando então a disponibilizar o seu atendimento e, por consequência os seus serviços, diretamente às pessoas, sem a necessidade destas se deslocarem até o órgão de atendimento institucional. Noutras palavras, foi possível, se

deslocando até os locais de atendimento montados nas comunidades visitadas, levantar o véu da invisibilidade de parcela da população em relação aos serviços do Estado, que tradicionalmente se faz presente nestes locais apenas pela atuação das forças de segurança, sendo reiterados os casos de violações de direitos.

Além da proposta do atendimento, essa oportunidade de contato com a população propiciou, a partir da elaboração de formulário para ser preenchido pelas pessoas atendidas, buscar entender os óbices que impedem o acesso ao serviço da Defensoria Pública, de modo a orientar, através do diagnóstico do usuário, a administração institucional para tornar mais eficiente o acesso ao serviço prestado.

No ano de 2021, o projeto atendeu 875 pessoas, em 36 ações sociais, em dez comunidades, na capital e na Baixada Fluminense, apresentando como demanda mais comum o atendimento por questões relacionadas ao direito de família (alimentos, divórcio, dissolução de união estável e guarda) e direitos referentes à execução penal (DPGE, 2021-B).⁵

Todas as comunidades atendidas situam-se em áreas conflagradas, havendo a presença do tráfico de drogas e/ou das milícias e, por vezes, tem seu território em disputa entre a milícia e o tráfico de drogas.⁶ Por esta razão, o ingresso nessas comunidades faz-se sempre através do apoio de parceiros pertencentes a organizações não governamentais reconhecidamente isentas e referendadas pela Ouvidoria da Defensoria Pública.

Nesta toada, o ingresso nas comunidades requer a observância de medidas adicionais de cautela, sendo as ações previamente comunicadas pela Defensoria Pública ao Comando da Polícia Militar local, de forma a evitar que ações policiais sejam realizadas nos dias de atendimento. Além disso, em comunidades onde a presença dos grupos armados é mais ostensiva⁷, com emprego de barricadas nas entradas das favelas para impedir o livre acesso da polícia, os parceiros se utilizam de protocolos de segurança, copiados a partir da experiência da Cruz Vermelha em áreas de risco. Apenas após a checagem da segurança no local, a equipe da Defensoria é autorizada a entrar na favela e iniciar seus atendimentos.

⁵ Em 2022, até o dia 03 de agosto, 465 pessoas foram atendidas.

⁶ Em Santa Cruz, por exemplo, há a presença tanto do tráfico quanto das milícias, situação que se repete em algumas ruas dentro do Complexo da Maré, onde os milicianos estão ocupando espaços que tradicionalmente cabiam ao tráfico de drogas, segundo informações prestados pelos parceiros Teia de Solidariedade e Rede das Marés, respectivamente.

⁷ É o que ocorre no Complexo do Alemão, onde parceiros do EDUCAP prestam auxílio nas ações e no Complexo da Maré, onde a ONG Redes da Maré recebe a equipe da Defensoria Pública nas margens da Avenida Brasil, para só então ingressar na comunidade.

Embora a Defensoria Pública tenha por função institucional realizar diversas ações sociais nos espaços mais longínquos, como em ilhas espalhadas pelo Estado⁸, a realização das ações nas Favelas, a toda evidência, demandou uma preparação maior e mais sofisticada, sendo indispensável a formação de redes de apoio para operacionalizar a experiência.

A fim de verificar se o objetivo de promover a busca ativa da população hipervulnerabilizada, residente nos espaços conflagrados, obteve sucesso, a Ouvidoria da Defensoria Pública compilou alguns dados relativos aos atendimentos realizados, os quais serão apresentados no tópico adiante.

2.3 Apresentação dos dados coletados

Os dados foram compilados a partir de 165 respostas, onde 100 pessoas foram atendidas presencialmente e as outras 65 responderam ao questionário, que foi aplicado aos moradores das favelas visitadas (mesmo aqueles que não buscavam atendimento jurídico), sendo certo que todos os respondentes estiveram presentes no local do atendimento, tendo sido as respostas ofertadas nesse ambiente (DPGE, 2021-B).

O resultado demonstra que as mulheres foram a maioria no atendimento (80%). Pretos e pardos também, com 76,4% do número total, sendo metade para cada um deles, enquanto brancos constituem 22,4% dos respondentes. A maioria das pessoas atendidas tem entre 40 e 49 anos (33,3%), enquanto 26,7% equivalem a pessoas entre 30 e 39 anos. O público é formado, majoritariamente, por solteiros (45,5%) e casados e conviventes (35,8%). No que concerne à escolaridade, 35,8% possuem ensino médio completo, 18,8% o ensino fundamental incompleto e 15,8% o ensino médio incompleto. Quanto à renda familiar das pessoas atendidas, a maioria indicou um a dois salários-mínimos (46,7%) e menos de um salário mínimo (35,8%), sendo que dos respondentes 36,4% são autônomos(as), 15,2% estão empregados(as) com carteira assinada, 14,5% são donos(as) de casa, 13,3% estão desempregados(as), 9,7% são servidores(as) públicos, 8,5% são aposentados e 2,4% estudantes (DPGE, 20021-B).

Ainda quanto questionário respondido, as pessoas foram indagadas sobre a área de conflito vivenciado nos últimos cinco anos, tendo como maior frequência se apresentado problemas

⁸ O Projeto Defensoria nas Ilhas foi criado no ano de 2017, com o objetivo de levar serviços de orientação e assistência jurídica às populações que habitam as ilhas Paraty, Angra dos Reis, Mangaratiba e Paquetá. Através dele, foram realizados mais de 4 mil atendimentos apenas entre os anos de 2017 a 2020.

envolvendo serviços de água, luz ou telefone, problemas relacionados à área do direito de família, criminal, violência doméstica e relacionados a bancos e instituições financeiras, aparecendo, ainda, problemas referentes ao acesso ao direito à saúde, direito do trabalho, violência policial, problemas previdenciários e com impostos e tributação (DPGE, 20021-B).

As pesquisas por vezes contam muito pelos seus silenciamentos, isto é, o não-dito revela a face de um problema. Quando os respondentes foram perguntados sobre onde tentaram buscar a solução de seus conflitos, dos 165 questionários, apenas 81 pessoas responderam, o que equivale a 49,09% dos ouvidos. Desses, 27 foram buscar a solução do seu problema no sistema de justiça, 11 na polícia, 7 em organizações sem fins lucrativos, 7 não buscaram por solução, 3 na associação de moradores, 10 com amigos e parentes, 12 com advogados e 4 responderam como outros (DPGE, 2021-B).

Chama atenção, contudo, as 84 pessoas que não responderam à pergunta. Os locais onde os atendimentos foram prestados são dominados por quadrilhas armadas, ora facções do varejo do tráfico de drogas, ora milícias, ora por organizações criminosas que se misturam. Quando as instituições do sistema de justiça não se fazem presentes em tais territórios, os conflitos são resolvidos de outras formas não-convencionais, vale dizer, é o crime organizado que toma o lugar do Estado. A oferta desigual de acesso à justiça aos cidadãos brasileiros afeta a capacidade do Estado de dizer o que é justiça e administrar a sua distribuição (MISSE, 2008: 371-385), criando ambiente propício para que a administração dos conflitos, em determinadas áreas, passe pelos grupos criminosos.

Uma de nossas pesquisas (já encerrada e trabalhada em doutoramento) teve como metodologia ouvir profissionais da Defensoria Pública sobre a existência do estado de exceção em áreas dominadas por grupos criminosos, no espaço territorial do Rio de Janeiro. Um dos entrevistados fez uma abordagem importante de ser trazida para nossa análise no presente trabalho:

Eu acho que a democracia, o Estado Democrático de Direito, ele não é um *status*, ele é um processo. Acho que posso estar me equivocando, mas a percepção afetiva que eu tenho é que a sociedade brasileira, ela se conformou em determinado momento do processo, tratando Estado Democrático de Direito como *status*, como algo o que é ou não é e não como um processo que ou avança ou retrocede. E aí, nesse momento, as forças autoritárias, as forças do regime de exceção, avançaram. Então, o Estado de Direito não se consolidou nos territórios periféricos nunca. Então até hoje a gente atende solicitações de prisão para averiguação, por exemplo, além de invasão de domicílio, tudo aquilo que a gente ouve o tempo inteiro, que está no relatório do Circuito Favelas por Direito, que está sempre aparecendo. E isso se consolidou de uma tal maneira que o parâmetro de normalidade, o parâmetro de qualidade de vida das populações que vivem

nesses lugares onde o Estado Democrático de Direito não se consolidou é muito rebaixada em relação aos territórios onde o Estado Democrático de Direito de alguma maneira está presente. (...) E ele precisa de uma dimensão material, então em lugares onde a Constituição nunca valeu essa coisa do asilo inviolável, o não existir prisão para averiguação, enfim... Como falar de defesa da democracia? Defesa da democracia é algo que está por vir, talvez, mas é muito difícil.⁹

Os números trazidos acima, ainda que na sua ausência, indicam que as instituições do sistema de justiça precisam estar em movimento e disputar essas pessoas que estão nessas áreas conflagradas, sob o domínio de organizações criminosas, entendendo o Estado Democrático de Direito como algo a ser consolidado diariamente, sob pena da normalização da existência de zonas de exceção na realidade fluminense, onde as pessoas não exercem a cidadania. A disputa aqui é algo que Machado da Silva, Leite e Fridman (2005) detectaram como o desafio da segurança pública, no sentido de ser capaz de civilizar as polícias e civilizar os favelados, bem compreendida esta última como a inclusão destes no projeto de cidade, por meio do acesso a direitos e serviços universais.

Outra parte da pesquisa que nos chama atenção é para o baixo número de pessoas que buscaram atendimento na Defensoria Pública. Dos respondentes que preencheram o formulário e se disponibilizaram a dar a resposta a tal questionamento, apenas 33 foram procurar a instituição e seguiram no atendimento até o final, enquanto outros 15 chegaram a procurar o caminho institucional, mas desistiram de dar prosseguimento antes da solução do conflito, seja de modo extrajudicial ou judicial. A esmagadora maioria, 50 pessoas, no entanto, não respondeu ou não procurou a instituição (DPGE, 2021-B).

Saber o porquê de as pessoas não procurarem a instituição deu a oportunidade de visualizar dois grupos de respostas, uns que trazem problemas de ordem interna e outras questões externas a Defensoria Pública.

Internamente é preciso se atentar para as seguintes respostas: majoritariamente, as pessoas indicaram não saber onde ir ou como acessar a instituição, o que demonstra uma instituição distante de seu público alvo, isto é, as informações acerca do funcionamento não chegam ao usuário do serviço; no grupo que apontam "outros" como resposta, os usuários narraram *"total abandono por parte da assessoria técnica"*, *"demora no atendimento pelo telefone disponível para realizar agendamento"*, *"O número 129 quando atendem É UM BEFLE, dão três contatos telefônicos, que não atendem"*, *"não tive mais contato"*, *"há cinco anos pedindo ajuda e não*

⁹ A fonte não será citada nesse momento para evitar identificação de um dos autores do trabalho.

tenho resposta”, “estou desde o ano passado tentando agendar a ação de guarda provisória ou tutela e ação de alimentos”, o que indica que há problemas na porta de entrada do atendimento e na porta de saída.

Do ponto de vista externo, quando alguns usuários do serviço relataram temor das consequências de pleitear seus direitos ou receio de sofrer represálias, é revelado o preço que as pessoas podem pagar, caso busquem o Estado para solução dos seus conflitos, o que sobreleva a necessidade de se fazer presente em tais territórios, de modo a garantir a vida e a integridade dos que nele habitam, ao lado de prestar os serviços públicos a essa população, inclusive no que concerne ao acesso à justiça. O Estado não pode se demitir de suas funções, se omitindo de suas vocações (BORDIEU, 2008: 245), até porque, se a democracia é um processo (e assim também a luta por cidadania), como apontou o profissional entrevistado e citado acima, virar as costas para a população moradora dos territórios periféricos é renunciar ao exercício do poder estatal em tais locais, entregando-os ao domínio de organizações criminosas armadas e, em última análise, é desistir da vida democrática e do exercício da soberania estatal nessas áreas conflagradas.

3. Conclusão

Se na música de Milton de Nascimento nos bailes da vida se faz imperioso que o artista se desloque até onde o povo está, com a roupa encharcada e a alma repleta de chão, assim também o é na tarefa de pacificação social, através do exercício de direitos e do acesso à justiça, vez que as instituições que compõem o sistema de justiça devem se fazer presentes nas comunidades. Também com suas roupas encharcadas, precisam se fazer repletas de chão. A ideia de instituições estáticas, que esperam pela procura dos cidadãos para atuar, deve ficar no passado. Até porque, a cidadania para ser exercida, notadamente pelos moradores de áreas periféricas dominadas por quadrilhas armadas, no caso estudado no trabalho localizadas na Capital do Estado e na Baixada Fluminense, exige a presença do Estado com suas instituições e seus serviços. Portanto, a surrada visão de atores do sistema de justiça, encastelados em gabinetes, não se coaduna com a necessária e urgente disputa dos moradores das áreas periféricas, que vivem sob o domínio de organizações criminosas e afastados do Estado Democrático de Direito, em verdadeiras zonas de exceção.

O caso concreto que embasa o estudo demonstra que a virada de costas para essa população faz com que o vazio seja ocupado por grupos armados e o conflito não se desloque até o sistema

de justiça, resolvendo-se à revelia das instituições democráticas, como se o Estado renunciasse a sua soberania em tais locais.

A hipótese testada comprovou que a busca ativa fez possível resgatar a cidadania, através da vindicação de direitos, de parcela da população do Estado do Rio de Janeiro, que vive em áreas dominadas por grupos criminosos armados. Caso não houvesse o projeto no local onde as pessoas moram, elas não iriam buscar pelo acesso à justiça pelos meios formais de resolução de conflitos, como a maioria dos entrevistados não foi. É verdade que o projeto é embrionário, necessitando ser mantido e ampliado, mas deu sinais importantes de sua necessidade.

Outro indicativo que remanesce da pesquisa é o fato de que as instituições necessitam estar de portas abertas para a demanda da população, mas seus canais de acesso, ainda que prestigiem a modernização advinda da tecnologia da informação, devem estar acessíveis ao grande público e, mais ainda, dar uma resposta satisfatória às pessoas que buscam o seu suporte. Se a pessoa procura e não é atendida, não volta. Se procura, é atendida e não tem solução para o seu problema, desiste. Disso se extrai que, ladeando a presença física nas comunidades, deve se fazer viva a eficiência. De omissão estatal e serviço público deficiente, as comunidades periféricas estão calejadas.

Ações como o projeto que serviu de base ao estudo devem ser estimuladas, para que sejam praticadas sem descontinuidades, em razão da inclusão cidadã e da defesa dos direitos das pessoas em áreas conflituosas, a partir do direito ao acesso à justiça.

O imbróglio que se estabelece no interior da democracia brasileira, entre neoliberalismo e garantia do mínimo existencial através da implementação de direitos sociais, precisa ser dirimido em favor do projeto constitucional, que prestigia as instituições permanentes nas resoluções de conflitos. Se o estado neoliberal tende a ser um estado miliciano, que diminui a força das instituições democráticas e delega a terceiros – ainda que pela via do ilegal – a prática de serviços essenciais que devem ser oferecidos pelo poder público, de que é exemplo vivo o tempo presente, a vontade da Constituição Federal necessita ser prestigiada, com a ampliação do acesso à justiça e das instituições capazes de levar adiante esse projeto.

É urgente encarar a democracia (e, por conseguinte, a luta por cidadania) como um processo e não como um *status*, até como exercício de autopreservação do Estado. A partir daí, a luta é cotidiana para garantir direitos, sob pena dos tribunais que garantem a vida serem substituídos pelos mercados da morte, que matam não apenas sonhos, mas suprimem o próprio Estado.

Referências

- ADORNO, Sérgio, DIAS, Camila Caldeira Nunes. Monopólio estatal da violência. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz, AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Org.) *Crime, polícia e justiça no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2020, v.1, p.187-197.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I*. Tradução Henrique Burigo, 2 ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 (*Homo Sacer – Il Potere Sovrano e la nuda vita*).
- ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Comissão Parlamentar de Inquérito (Resolução nº 433/2008). *Relatório final da comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 2008 Disponível em <https://www.slideshare.net/lcazenha/relatrio-cpi-das-milcias>. Acesso em 6.jun.2021
- ALVES, José Claudio. *Milícia: quando o Estado é o crime*. Segurança Pública após 1988: história de uma construção inacabada. RUEDIGIER, Marco Aurelio, LIMA, Renato Sergio de. Rio de Janeiro; FGV Editora; FGC DAPP, 2021.
- ARIAS, Enrique Desmond; BARNES, Nicholas. *Crime and plural orders in Rio de Janeiro, Brazil*. Current Sociology, v. 65, n. 3, p. 448-465, 2017.
- BORDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Com contribuições de A. Accardo et. ai. 17. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CANO, Ignácio, DUARTE, Thais. “*No sapatinho*”: a evolução das milícias no Rio de Janeiro. Coordenadores Ignacio Cano & Thais Duarte. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012. Disponível em https://br.boell.org/sites/default/files/no_sapatinho_lav_hbs1_1.pdf. Acesso em: 17 nov.2020.
- CHISHOLM, Jennifer. *A expansão urbana mediada pela milícia e a luta pela regularização fundiária de Novo Palmares, no Rio de Janeiro*. Periferia, v. 12, n. 2, p. 57-87, 2020.
- DPGE - Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. DPRJ busca desvendar padrões de julgamento na atuação de milícias. 30. ABR.2021 A. Disponível em <https://defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/11290-DPRJ-busca-desvendar-padroes-de-julgamento-na-atuacao-de-milicias> Acesso em 15.fev.22
- DPGE - Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. *Pesquisa Defensoria em ação nas favelas*, 2021B. Disponível em: <<https://defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/5967e0b093c44f2f8a59d124c8eed451.pdf>> Acesso em: 10 ago.2022.
- FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 11ª ed. rev. e ampliada, Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, 2.032p.
- GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS; OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados*. Relatório Final. 2021.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano*. In: Luiz Cesar Queiroz Ribeiro. (Org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004, v. I, p. 291-351.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Marcia Pereira.; FRIDMAN, Luis Carlos. *Matar, morrer, civilizar: o problema da segurança pública*. In: MAPAS: Monitoramento Ativo da Participação da Sociedade. Rio de Janeiro: IBASE, Action Aid, Ford Foundation, 2005.

MANSO, Bruno Paes. *A república das milícias: dos esquadrões da morte à Era Bolsonaro*. Todavia, 2020.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Civitas* (Porto Alegre), v. 8, 2008.

MISSE, Michel. *Trocas ilícitas e mercadorias políticas*. Anuário Antropológico, v. 2009, p. 89-107, 2010.

MORAIS, Marcelo Navarro, *Uma análise da relação entre o Estado e o Tráfico de Drogas: o mito do "Poder Paralelo"*. Revista Ciências Sociais em Perspectiva, v. 5, n.º 8, 2006, p.117-138 Disponível em <http://saber.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/1434>, Acesso em 29.03.21.

PAUZEIRO, Mariana Brito. *Milícias S.A.: dos flanelinhas às mansões de luxo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.

PICCELLI, Aline Maria. *Neoliberalismo, Crime Organizado e Milícias nos morros cariocas nos anos de 1990 e 2000*. 80f. Monografia (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Londrina, 2013.

ROGER, Franklyn, ESTEVES, Diogo. *Princípios Institucionais da Defensoria Pública*. 2ª ed. Revista, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

SANTOS, Cláudia Cruz, SANTOS, Caio César Dias, UCHÔA, Carolina de Novaes, SILVA, Débora Letícia Torres da, MAIA, Laís Vidigal, FIUMARI, Mariani Bortolotti, SANTOS, Marina Oliveira Teixeira dos. *Sobre as milícias*, por Marielle (a desordem das categorias criminológicas ditas "tradicionais" e os perigos para o Estado de Direito), *Revista Brasileira de Ciências Criminais* - RBCCRIM Vol. 154, (Abril 2019).

SARMENTO, Daniel. *Autonomia da DPU e limites ao poder de reforma da constituição*. São Paulo: [S. n.], 2015. Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/parecer-daniel-sarmento-autonomia.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SINHORETTO, Jacqueline. Campo estatal de administração de conflitos: múltiplas intensidades da justiça. *Anuário Antropológico*, v. 35, n. 2 , p. 109-123, 2010.

WARAT, Luis Alberto. *Ciudadania y Derechos Humanos de la Otredad*. In: MARTÍN, Nuria Belloso (coord.). *Los Nuevos Desafíos de la Ciudadanía*. Burgos: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Burgos, 2001. p. 9.

WIEVIORKA, Michel. *O novo paradigma da violência*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 5-41, maio de 1997.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. *Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: Que paz? São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, vol. 21, n. 2, pp. 89-101, 2007. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v21n02/v21n02_08.pdf. Acesso em 05.06.2021